

## OS 31 ANOS DE GOLPE MILITAR NO CHILE

Elisa de Campos Borges\*

No ano em que se analisam os 40 anos do golpe militar no Brasil, a discussão sobre os processos de militarização de uma série de governos na América Latina acaba por vir à tona, principalmente pela participação do governo brasileiro em alguns deles. Destacaremos aqui o Chile, meu objeto de estudo.

O golpe militar chileno foi efetuado no dia 11 de setembro de 1973, derrubando e assassinando o presidente Salvador Allende, e tornou-se uma das mais violentas ditaduras de nosso continente. Sua justificativa era a necessidade de restabelecer a ordem do país; logo, instituíram-se posturas de represália aos políticos e também a toda a população, para continuar construindo sua legitimidade no imaginário social.

A violência do período militar se justificava e fazia-se necessária, para alguns setores do Exército – e também para os Estados Unidos, que patrocinaram abertamente o golpe – pelo momento por que passava a América Latina e, em especial, o Chile.

O Brasil (que, em 1973, vivia ainda sob a ditadura Médici) não só teve sua participação no golpe chileno, como se juntou a outros países para formar a Operação Condor, uma espécie de interligação dos aparatos repressivos da Argentina, Chile, Brasil, Paraguai, Uruguai e Bolívia com permissão para prender, torturar, matar e ocultar cadáveres.<sup>1</sup> Há, ainda, fortes indícios de que alguns militares chilenos fizeram treinamento em bases do Exército brasileiro, em Manaus. De forma genérica, a organização desses países contra o que temiam ser ameaça à ordem vigente tinha como principal argumento a disputa entre comunistas e capitalistas e o momento ímpar pelo qual a América passava.

No período 1970-73, a América Latina assistia à queda dos governos nacionalistas e oligárquicos e via a ascensão de governos ditatoriais, através de golpes militares. A Revolução Cubana influenciava os povos de muitos países, disseminando teorias e práticas revolucionárias, e continuava a ser forte referência para partidos de esquerda e grupos políticos, representando a esperança de mudanças radicais. Além disso, setores mais reacio-

nários, impulsionados pela política norte-americana, intensificavam a propaganda de idéias como a da segurança nacional e utilizavam a estratégia de reprimir de modo preventivo as insurgências revolucionárias, desenvolvendo uma verdadeira caçada a grupos e partidos de esquerda.

Neste contexto, muitos setores passaram a se mobilizar em defesa dos valores estabelecidos pelas ditaduras militares e contra a ameaça, real ou imaginária, representada pelo movimento comunista. Era um tempo de repressão, cerceamento e suspensão de direitos políticos de pessoas ligadas à esquerda, aos movimentos operário-sindical e estudantil, a intelectuais, músicos, poetas e outros grupos.

Foi diante dessa dinâmica que o Chile, em 1970, compareceu às urnas e elegeu seu novo presidente, Salvador Allende, assumidamente marxista, participante e fundador, em 1933, do Partido Socialista. Ele enfrentou seus adversários apoiado por uma coalizão de esquerda, a Unidade Popular, da qual faziam parte os partidos Socialista (PS), Comunista (PC), Radical (PR), Social-Democrata (PSD), a Ação Popular Independente (API), o Movimento da Ação Popular Unificado (Mapu) e o Movimento de Izquierda Revolucionária (MIR). Allende teve 36,6% dos votos, contra 34,8% de Jorge Alessandri, do Partido Nacional, e 27,8% de Radomiro Tomic, da Democracia Cristã. Portanto, esta foi uma eleição muito disputada, que, por isso, estimulou todos os chilenos a ter uma opinião já consolidada sobre os candidatos, principalmente quando houve uma intensa polarização entre Salvador Allende e Jorge Alessandri.

No programa da Unidade Popular, as propostas apresentadas tinham um caráter antiimperialista, antioligárquico e antimonopolista. Foi a partir dele que se expressaram os caminhos para a “via chilena ao socialismo”. O governo deveria preservar e aprofundar os direitos democráticos e as conquistas dos trabalhadores. Para tal, propunha incorporar o povo ao poder estatal, através da criação da Assembléia do Povo, que seria o órgão superior de poder, além de outras estruturas em nível local e regional; propunha a integração das Forças Armadas aos aspectos da vida social, com o intuito de preservar a soberania, oferecendo cursos de formação técnica; não permitiria a repressão ao povo. Na economia, propunha nacionalizar o cobre, o salitre, o iodo, o ferro e o carbono mineral, o sistema financeiro, o comércio exterior, as grandes empresas e monopólios de distribuição, indústrias estratégicas, energia elétrica, transportes ferroviário, aéreo e marítimo, comunicações, produção de petróleo e seus derivados, dentre outros. A reforma agrária e as propostas na área social (saúde, educação, moradia, cultura, alimentação) também eram tratadas como fundamentais.

Para demonstrar que tudo isso era possível, a Unidade Popular lançou, em conjunto com seu programa básico, as primeiras 40 medidas que o governo teria de cumprir assim que assumisse. Mas o que se colocava inicialmente como principal para a Unidade Popular

era o projeto da “via chilena ao socialismo” a partir do caminho democrático, legal, sem insurreição armada. Para Allende e os intelectuais de esquerda, o Chile tinha um traço particular que precisava ser respeitado e incentivado: a tradição democrática do país.<sup>2</sup> Este projeto não deixava de ser avançado para a esquerda, apesar de todas as contradições nele contidas, já que o governo daria uma orientação política contrária à implementada nos países capitalistas e, ao mesmo tempo, teria o controle do aparelho institucional, fundamental para o avanço da ação revolucionária.

A tradição democrática do Chile foi relevante para a formulação do projeto da “via chilena ao socialismo”. A principal argumentação favorável à transição pela via institucional referia-se, justamente, à trajetória e à estabilidade da democracia no país, principalmente quanto à rotatividade de partidos no poder. Entretanto, mesmo a esquerda chilena, apesar do histórico democrático do país, tinha suas reservas quanto a essa democracia. Os valores da chamada “democracia burguesa” teriam de mudar em prol de uma nova ordem que se queria implantar: o socialismo. Estabelecer uma nova ordem dentro da constitucionalidade seria, no mínimo, um grande desafio.

Logo no início, algumas tarefas difíceis já foram postas. Os Estados Unidos, através do seu secretário de Estado, Henry Kissinger, afirmou que era fácil perceber que Allende possibilitaria o estabelecimento de um governo comunista e que isto causaria impacto – pois, para eles, ao contrário de Cuba, o Chile era um país de expressão na América Latina, além de ter riquezas minerais importantes. Analisando a conjuntura política chilena dessa forma, logo se colocaram à disposição para dar um golpe, mesmo antes da posse de Allende.<sup>3</sup> Assim, o comandante-em-chefe do Exército, René Schneider, foi assassinado, gerando um clima de medo e apreensão no país, mas de muita mobilização por parte da população. A ala mais democrática da Democracia Cristã acabou reconhecendo a vitória de Allende e exigiu a aprovação do Estatuto de Garantias Constitucionais, em que o novo governo não poderia mexer nos meios de comunicação privados, na educação e nas Forças Armadas. O Programa da Unidade Popular falava em estatizar os meios de comunicação, o que já não poderia mais ser feito, e o presidente Salvador Allende respeitou tal acordo até o final do seu governo. Intensificava-se, aqui, o jogo político de concessões para conseguir a governabilidade.

Estava claro que o fato de ter ganhado as eleições não asseguraria o êxito do projeto, pelo contrário, a equipe de governo, com seus Ministérios (cinco do PS, três do PC, três do PR, um do Mapu, um da AP e um da esquerda independente), mesmo que não tivesse divergências entre si, deparava-se com os poderes Legislativo e Judiciário, que continuavam sendo representados pela burguesia. Sem dúvida, ganhar as eleições fora difícil, mas conviver com essa realidade – e ainda tendo de medir a todo instante os passos que seria

possível dar, além de negociar e dar respostas às ofensivas da direita – foi um grande desafio para a esquerda chilena. E isso só se intensificaria ao longo do governo, pois a estratégia utilizada pela direita foi estabelecer o caos, organizando saques, deixando faltar alimentos em supermercados, criando atentados, dentre outras situações. A estratégia era demonstrar que a esquerda não tinha condições de governar e que tornar o Chile um país socialista seria, no mínimo, transformar o país num caos.

Além dessas dificuldades, o programa de estatização dos setores estratégicos mexeu com interesses de poderosas empresas norte-americanas, como a ITT (de telefonia), o sistema bancário (no qual se incluía o City Bank) e empresas ligadas à mineração, como Kennecott e Anaconda. Por outro lado, o governo estreitou relações políticas e comerciais com Cuba, China, Vietnã e Coréia do Norte.

No primeiro ano de governo, a Unidade Popular desapropriou 1.379 imóveis, seu programa de reforma agrária assentou o número total que o governo anterior (do presidente Frei) havia realizado, tornou-se acionista majoritário de 11 bancos – de um total de 23 –, obteve um crescimento econômico do produto de 7,7%, com destaque para a indústria, a taxa de desocupação em Santiago baixou de 8,3% para 3,8%, a inflação caiu de 34,9% para 22%, a redistribuição de renda interna passou de 52,8% para 61,7%.<sup>4</sup> O resultado desses índices positivos foi que, nas eleições de abril de 1971, a Unidade Popular obteve 50,2% dos votos, contra 27% da Democracia Cristã e, ainda, 20% do Partido Nacional.

A cada momento, parecia que o projeto principal da Unidade Popular, tornar o Chile um país socialista pelas vias institucionais, era possível. Entretanto, a direita (tendo o Partido Nacional como sua principal expressão), o imperialismo norte-americano, grupos fascistas (como o Pátria e Liberdade) e a burguesia chilena trataram de traçar um plano para desestabilizar o governo. Travaram-se fortes embates no Parlamento, no sentido de paralisar o governo, várias greves financiadas pela direita aconteceram (com destaque especial para a dos caminhoneiros, que parou o transporte, principalmente interno, dos produtos chilenos), hospitais particulares, fábricas, transporte urbano, etc. Faltava alimento nos supermercados, o programa do leite para crianças estava ameaçado pela falta do produto, a produção, parada. O caos, definitivamente, instalara-se no país, mas os trabalhadores e a população, que percebiam ser aquilo um boicote contra o governo, no sentido de desestabilizá-lo, mobilizaram-se e ganharam as ruas, assumiram a produção nas fábricas que estavam paradas, colocaram seus caminhões à disposição para fazer o transporte nas cidades, em substituição ao que estava paralisado.

A estratégia da direita era clara; agiu no sentido de ter o bloqueio institucional e a paralisação do Estado, enquanto propagandeava o agravamento da crise econômica e insuflava a população a optar pelo caminho da desordem pública e da violência.

Além de tudo isso, ainda havia diferenças políticas quanto ao projeto da via chilena dentro da própria Unidade Popular. Os dois principais partidos, o Socialista e o Comunista, tinham divergências quanto à visualização do processo a ser engendrado para a consolidação do socialismo e às providências que teriam de ser tomadas para uma tentativa de frear a reação contra-revolucionária. Isso sem falar nos outros partidos, como o MIR, que criticava o tempo todo as ações do governo.

No espectro político do Chile, a Democracia Cristã, que era um partido de centro, tornava-se o fiel da balança nas disputas parlamentares. O presidente Salvador Allende já percebera isso. A própria Democracia Cristã reconhecera sua vitória e não aceitara entrar no jogo do Partido Nacional, de não permitir a posse do novo presidente, e propôs à Unidade Popular uma aproximação. Em 1971, quando houve o assassinato do ex-ministro Edmundo Zúkovic por grupos de extrema-esquerda, Allende propôs que, na eleição em Valparaíso (para reconduzir um deputado ao cargo então vago), a UP se aliasse com a DC, que o candidato fosse a favor do governo. Isso não foi aceito e lançou-se candidato próprio. O resultado foi que o Partido Nacional apoiou o candidato da DC, que seria, então, de oposição, ganhou as eleições e iniciou uma forte aliança entre a direita e o centro político. Salvador Allende perdeu o que poderia ser um aliado pela legalidade, pela democracia no Chile. Ganhava consistência, a partir daí, a tentativa de golpe de Estado para destituir o presidente, mesmo que isso tivesse de colocar em risco a famosa democracia chilena.

As ofensivas da direita, agora aliada ao centro, tornavam-se cada vez mais violentas. A estratégia de interromper o governo e aumentar o movimento de “guerra psicológica” foi levada às últimas conseqüências. Nas eleições de 1972, a UP saiu derrotada, e o confronto no Congresso Nacional tornou-se mais ousado. Chegou-se até a votar a destituição de ministros da UP. Mesmo com a grande mobilização social em defesa do governo, o Parlamento e o Judiciário estavam em poder da burguesia e a batalha entre eles gerou uma crise institucional profunda.

A crise era tão grande e tomou proporções tão desastrosas que a velha guerra psicológica contra o governo foi um dos pontos principais da ofensiva da direita. Utilizava a classe média – que estava fragilizada pelas mudanças econômicas e sociais realizadas pelo governo, com a queda de poder aquisitivo, promovida pela crise – e, em conjunto, intensificara a campanha anticomunista, já deflagrada desde a eleição. Ajudada e financiada pelos Estados Unidos, em 1973 era fácil escutar que o caos do país se explicava porque aquele era um governo comunista e que era preciso fazer algo para que o país voltasse à sua velha ordem. Esse discurso e seu enraizamento foram tão fortes que tiveram reflexo no pós-golpe, na forma como se eliminou qualquer pessoa que fosse suspeita de ser comunista, e tem conseqüências profundas no Chile até hoje.

Mesmo com todas estas dificuldades, Allende ainda tinha ao seu lado os generais legalistas, principalmente o general Prats, que era o comandante-em-chefe do Exército e indicado para o Ministério do Interior. Ele havia destituído os golpistas das Forças Armadas, numa tentativa de golpe em junho de 1973. Seria o próximo alvo da direita: foram realizadas passeatas das mulheres dos oficiais contra ele e a pressão da corporação para sua renúncia foi tão forte que ele pediu para sair do governo. Em conjunto com isso, a Democracia Cristã aprovou, na Câmara dos Deputados, uma resolução declarando a ilegitimidade do governo; ainda, com a Lei de Controle de Armas aprovada no Congresso, as Forças Armadas desarmaram os bairros operários, as fábricas, os estudantes. Estava tudo pronto para o golpe. Pinochet foi indicado para o cargo de comandante-em-chefe do Exército, acreditando-se ser um legalista e de total confiança de Prats e Allende.

Ante toda essa situação, o presidente resolveu, então, convocar um plebiscito para que a população decidisse se continuaria ou não no governo. A data marcada para o anúncio de tal ação era dia 11 de setembro de 1973, quando foi dado o golpe militar.

Neste dia, Salvador Allende chegou a pensar em distribuir armas aos trabalhadores, para que defendessem o governo. Estavam em barricadas nas fábricas, universidades e foram todos eles massacrados, numa batalha desigual contra o Exército. Allende não cogitou na hipótese de renunciar e preferiu ficar no palácio presidencial, La Moneda, para defender o seu governo. Ele resistiu como uma figura lendária e morreu com capacete na cabeça e um fuzil que ganhou do presidente comunista Fidel Castro. O Palácio foi bombardeado, o presidente deposto, morto, e o golpe, consolidado. Por muito tempo, o Chile conviveria com uma das piores ditaduras militares já vistas na América Latina.

Assim, o fim do governo da Unidade Popular significou também a ruptura de uma experiência democrática única na América Latina. A experiência chilena só pôde ser anunciada como um caminho democrático de mudanças na estrutura econômica, porém, não alcançou seu objetivo maior, que era o socialismo. Entretanto, nem por isso deve ser vista como fracasso da esquerda. Ela representou a tentativa de uma formulação própria de setores progressistas para a transformação radical da sociedade, para a modificação de um Chile capitalista em socialista, com caminhos muito diferentes dos trilhados por Cuba, União Soviética e outros.

A viabilidade da formação da UP e da consolidação do seu projeto sempre esteve intimamente relacionada à organização e consciência, que se tornaram valores arraigados entre a classe trabalhadora. A partir destes princípios, os trabalhadores passaram a crer na possibilidade da conquista e posterior transformação das estruturas do país. Assim, a UP apostava que a ação unitária e combativa dos chilenos poderia dar as forças necessárias para romper com as estruturas atuais, avançar na tarefa da sua libertação e neutralizar as

energias contra-revolucionárias. Apoiar essa atitude era a sua finalidade. Mas até onde era possível continuar a mesma política institucional, criando as condições para implementar o projeto principal, a construção do socialismo, sem provocar rupturas, sem criar confrontos violentos e sem preparar os que apoiavam o governo para um anunciado enfrentamento armado?

Golpe dado, era a hora de organizar a distribuição do poder. O primeiro desafio da Junta Militar foi criar um mecanismo para dar legitimidade ao ato adotado. O Decreto 1 ilustra tal empreitada, uma vez que a intenção divulgada, mas não real, das Forças Armadas era apenas pôr ordem no caos que havia se instalado no Chile e devolver a mãos competentes a administração do país. A Democracia Cristã apoiou o golpe, mas logo percebeu que as Forças Armadas queriam permanecer no poder.

Foram promulgadas, entre 1973 e 1976, quatro Atas Constitucionais que davam plenos poderes à Junta Militar. Foram proibidas as atividades políticas públicas, criou-se um novo órgão de segurança nacional (Dina – Direção de Inteligência Nacional), o Congresso foi fechado e estabeleceram-se mecanismos de despolitização nacional.

As perseguições logo se iniciaram, e tinham alvo certo: qualquer pessoa sob suspeita de integrar partidos como o Comunista e o MIR. O Estádio Nacional do Chile se transformou em prisão de presos políticos, o terror se espalhava por todo país, corpos de pessoas assassinadas eram jogados nos rios, milhares de pessoas desapareceram durante o regime, a polícia política tinha poderes ilimitados para vasculhar domicílios e deter pessoas. A nomeação do coronel Manuel Contreras Sepúlveda para dirigir essas operações tornou-se pública, assim como o financiamento de todo aparato repressor. Com a organização da Junta Militar, os métodos utilizados tornaram-se mais específicos e com grau político mais elevado.<sup>5</sup>

Os militares pensavam que não poderiam cair mais nos erros do passado, e por isso era preciso construir uma nova ordem. Não se poderia entregar o Chile que estava sendo gestado àqueles que, no passado, foram os responsáveis por toda a crise, ou seja, os políticos chilenos. Por mais claro que se possa perceber, a Junta Militar propunha instaurar uma nova democracia (formulada por eles) numa ditadura militar. Este era um dos paradoxos mais difíceis de lidar. Nas Atas Constitucionais de 1976 (números dois e três), o respeito à liberdade política e à reivindicação por melhores condições de vida era dado como atribuição do Estado. Na Ata seguinte, era o próprio Estado que delimitava o uso dos direitos políticos e civis. O Poder Judiciário já não tinha mais capacidade de decisão, estavam todos sujeitos às vontades e sob jugo do Estado. Além disso, o estado de sítio ou de defesa suspendia todos os direitos dos cidadãos.

Tudo isso encaminhado, a ditadura chilena traçava o seu caráter ideológico. Promovia uma despolitização absurda, controlando todos os meios de comunicação e aniquilando qualquer tipo de manifestação contrária; continuava demonstrando os males do governo Allende, do comunismo, e buscava dar uma marca ao governo militar, que era a da ação revolucionária de direita. Incorporar o discurso da revolução ajudava a justificar uma ditadura fundacional e transformadora.

No plano ideológico, estava tudo funcionando de maneira veloz, graças ao aparato repressor montado. Entretanto, no plano econômico, a crise provocada pela direita continuava a deixar marcas. Ao mesmo tempo em que se queria apagar da memória o governo marxista, era preciso dar resposta rápida à crise, com planos que fossem completamente diferentes dos adotados no governo anterior. Pediu-se ajuda ao governo norte-americano e o tecnicismo dos Chicago's Boys foi colocado em prática, via convênio entre a Universidade de Chicago, a Administração para a Cooperação Internacional e a Universidade Católica do Chile. O interesse dos Estados Unidos era difundir os preceitos neoliberais na América Latina, e o da instituição chilena, buscar novos paradigmas que transcendessem o marxismo e o desenvolvimentismo. O Chile se tornava um laboratório autorizado para aplicação do neoliberalismo.

Apesar de alguma resistência, a formação de novos economistas sob a égide dos Chicago's Boys possibilitou a disseminação das idéias neoliberais e a construção de novos alicerces na sociedade chilena: a superioridade da economia em relação à política; incitamento à competição, ao individualismo e ao aumento dos lucros; a integração social se dava por meio do mercado, ou seja, à medida que o consumo supria as necessidades e os desejos do indivíduo, as relações sociais eram secundárias; o mercado operava distante dos erros humanos, porque seu cientificismo regia um conhecimento já estabelecido; limitação máxima da função estatal. Todos estes preceitos foram aplicados no Chile durante a ditadura militar.

Dessa forma, podemos perceber que a ditadura no Chile teve um papel não só de negar o marxismo ou o governo de Salvador Allende (através de discursos ou de uma ação prática violenta), mas de instituir naquele país novos preceitos políticos e econômicos para uma nova cultura política solidificada em raízes tão profundas que até hoje se refletem na sociedade chilena.

*Recebido em agosto/2004; aprovado em setembro/2004*



## Notas

\* Historiadora pela Universidade Federal de Goiás, mestranda na Pontifícia Universidade Católica – PUC-SP, onde desenvolve um projeto de pesquisa sobre a participação do Partido Comunista Chileno no governo da Unidade Popular, de 1970 a 1973. Bolsista da Capes.

<sup>1</sup> MARIANO, Nilson. *As garras do condor*. Petrópolis, Vozes, 2003, p. 13.

<sup>2</sup> AGGIO, Alberto. *Democracia e socialismo: a experiência chilena*. 2 ed., São Paulo, Unesp, 1993, p. 16.

<sup>3</sup> BUONICORI, Augusto. *Chile: os mil dias da Unidade Popular*. Disponível em <<http://www.vermelho.org.br>>, 2003, p. 2.

<sup>4</sup> BITTAR, Sérgio. *Transição, socialismo e democracia: Chile com Allende*. São Paulo, Paz e Terra, 1980, p. 95.

<sup>5</sup> FREDRIGO, Fabiana de Souza. *Ditadura e resistência no Chile*. São Paulo, Unesp, 1998, p. 24.